

Relações interculturais no campo educacional: fundamentos teóricos, abordagens metodológicas e problematizações contemporâneas

Intercultural relations in the educational field: theoretical foundations, methodological approaches, and contemporary problematizations.

Relaciones interculturales en el ámbito educativo: fundamentos teóricos, enfoques metodológicos y problematizaciones contemporâneas.

<https://doi.org/>

**Valter Antonio Reinoldo Friedrich
Abbeg**

Pós-graduando em Gestão (IMES)

Resumo:

O presente artigo analisa as relações interculturais no campo educacional contemporâneo, a partir de uma abordagem teórico-metodológica fundamentada nas contribuições das ciências humanas e sociais. Parte-se da compreensão de que a interculturalidade constitui um campo relacional complexo, historicamente situado e atravessado por disputas de poder, no qual se articulam processos de produção, circulação e legitimação de saberes. O estudo revisita a constituição histórica do conceito de relações interculturais, destacando sua transição de modelos assimilacionistas para perspectivas críticas que enfatizam o diálogo, a negociação e a problematização das desigualdades culturais. No âmbito educacional, discute-se a apropriação desse conceito como princípio orientador de práticas pedagógicas voltadas ao reconhecimento da diversidade e à promoção da justiça social. Metodologicamente, o artigo privilegia abordagens qualitativas, como a etnografia, a pesquisa-ação e a análise de conteúdo, entendidas como estratégias capazes de apreender a complexidade das interações interculturais no cotidiano escolar. A análise problematiza, ainda, os limites da implementação da interculturalidade na educação, especialmente no que se refere ao risco de sua redução a uma retórica da diversidade desprovida de criticidade, bem como às condições institucionais que dificultam sua efetivação. Por outro lado, evidenciam-se suas potencialidades na ampliação do repertório epistemológico da escola e na valorização de saberes historicamente marginalizados. Conclui-se que a interculturalidade, longe de constituir uma solução acabada, configura-se como processo em construção, cuja efetividade depende da articulação entre fundamentos teóricos consistentes, práticas pedagógicas contextualizadas e compromisso com a transformação social.

Palavras-Chave: Interculturalidade. Educação. Diversidade cultural.

Abstract:

This article analyzes intercultural relations in the contemporary educational field, from a theoretical-methodological approach grounded in the contributions of the human and social sciences. It starts from the understanding that interculturality constitutes a complex relational field, historically situated and traversed by power struggles, in which processes of production, circulation, and legitimation of knowledge are articulated. The study revisits the historical constitution of the concept of intercultural relations, highlighting its transition from assimilationist models to critical perspectives that emphasize dialogue, negotiation, and the problematization of cultural inequalities. In the educational context, the appropriation of this concept as a guiding principle for pedagogical practices aimed at recognizing diversity and promoting social justice is discussed. Methodologically, the article prioritizes qualitative approaches, such as ethnography, action research, and content analysis, understood as strategies capable of grasping the complexity of intercultural interactions in daily school life. The analysis also problematizes the limitations of implementing interculturality in education, especially regarding the risk of reducing it to a rhetoric of diversity devoid of criticality, as well as the institutional conditions that hinder its effectiveness. On the other hand, its potential in expanding the epistemological repertoire of the school and in valuing historically marginalized knowledge is highlighted. It concludes that interculturality, far from being a finished solution, is a process under construction, whose effectiveness depends on the articulation between consistent theoretical foundations, contextualized pedagogical practices, and a commitment to social transformation.

Key-words: Interculturality. Education. Cultural diversity.

Resumen:

Este artículo analiza las relaciones interculturales en el ámbito educativo contemporáneo, desde un enfoque teórico-metodológico fundamentado en las contribuciones de las humanidades y las ciencias sociales. Parte de la premisa de que la interculturalidad constituye un campo relacional complejo, históricamente situado y atravesado por luchas de poder, en el que se articulan procesos de producción, circulación y legitimación del conocimiento. El estudio retoma la constitución histórica del concepto de relaciones interculturales, destacando su transición desde modelos asimilacionistas a perspectivas críticas que enfatizan el diálogo, la negociación y la problematización de las desigualdades culturales. En el contexto educativo, se analiza la apropiación de este concepto como principio rector para prácticas pedagógicas orientadas a reconocer la diversidad y promover la justicia social. Metodológicamente, el artículo prioriza los enfoques cualitativos, como la etnografía, la investigación-acción y el análisis de contenido, entendidos como estrategias capaces de comprender la complejidad de las interacciones interculturales en la vida escolar cotidiana. El análisis también problematiza las limitaciones de la implementación de la interculturalidad en la educación, especialmente en lo que respecta al riesgo de reducirla a una retórica de diversidad desprovista de pensamiento crítico, así como las condiciones institucionales que obstaculizan su efectividad. Por otro lado, se destaca su potencial para ampliar el repertorio epistemológico de la escuela y para valorar el saber históricamente marginado. Concluye que la interculturalidad, lejos de ser una solución definitiva, es un proceso en construcción, cuya efectividad depende de la articulación entre fundamentos teóricos consistentes, prácticas pedagógicas contextualizadas y un compromiso con la transformación social.

Palabras clave: Interculturalidad. Educación. Diversidad cultural.

INTRODUÇÃO

A problematização das relações interculturais, no âmbito das ciências humanas e sociais, inscreve-se em um movimento mais amplo de revisão dos paradigmas interpretativos da cultura, impulsionado pelas transformações sociopolíticas que caracterizam a contemporaneidade. A intensificação dos fluxos migratórios, a ampliação dos processos de globalização e a reconfiguração das identidades coletivas e individuais tensionam modelos explicativos centrados na homogeneidade cultural, exigindo deslocamentos epistemológicos que permitam apreender a complexidade das interações entre sujeitos, grupos e sistemas simbólicos diversos. Nesse horizonte, a noção de relações interculturais passa a designar não apenas o contato entre culturas distintas, mas, sobretudo, o conjunto de processos históricos e sociais por meio dos quais se constroem, negociam e disputam significados, posições e reconhecimentos no interior de contextos marcados por assimetrias de poder (CANDAUI, 2012; SANTOS, 2007).

Do ponto de vista histórico, a emergência do conceito de interculturalidade está vinculada às críticas dirigidas às abordagens assimilacionistas e, posteriormente, às limitações do multiculturalismo descritivo, especialmente a partir da segunda metade do século XX, em contextos marcados pela descolonização, pelas lutas por direitos civis e pela afirmação de identidades subalternizadas. Nesse percurso, a interculturalidade passa a ser concebida como um projeto político e epistemológico que visa superar a mera coexistência de diferenças, propondo a construção de relações dialógicas e críticas entre culturas, com vistas à transformação das estruturas de desigualdade (FLEURI, 2003; SANTOS, 2002). Nessa direção, Boaventura de Sousa Santos (2007) introduz a noção de “ecologia de saberes”, compreendendo a interculturalidade

como processo de tradução entre diferentes formas de conhecimento, no qual nenhum saber detém primazia absoluta.

A própria ideia de intercultura — entendida como o espaço relacional no qual se efetivam os encontros, tensões e hibridizações culturais — remete a uma concepção dinâmica e processual da cultura, afastando-se de perspectivas essencialistas ou fixistas. Conforme assinala Fleuri (2003), a intercultura constitui-se como um entre-lugar de produção de sentidos, no qual identidades são continuamente (re)construídas a partir do diálogo, do conflito e da negociação. Tal compreensão aproxima-se das formulações de Candau (2012), para quem a interculturalidade crítica implica reconhecer as diferenças culturais ao mesmo tempo em que problematiza as condições históricas que produzem desigualdades e exclusões.

No cenário educacional, essas questões assumem densidade particular, uma vez que a escola se configura como espaço institucional no qual se materializam, de forma cotidiana, as tensões entre universalismo e particularismo, entre normatividade curricular e diversidade cultural. A presença de sujeitos oriundos de distintos contextos socioculturais impõe à instituição escolar o desafio de rever práticas homogeneizadoras e de construir propostas pedagógicas que reconheçam a pluralidade como dimensão constitutiva do processo formativo. Nesse sentido, a educação intercultural não se limita à inclusão de conteúdos diversos, mas exige a reconfiguração das práticas, dos currículos e das relações pedagógicas, orientando-se por princípios de diálogo, reconhecimento e justiça social (GOMES, 2003; CANDAU, 2012).

Diante desse quadro, torna-se necessário revisitar os fundamentos teóricos da interculturalidade e examinar as abordagens metodológicas que têm sido mobilizadas para sua compreensão e operacionalização no campo educacional, considerando que as relações interculturais não se apresentam como dado, mas como construção histórica e social,

atravessada por disputas simbólicas e materiais que demandam análise crítica e intervenção qualificada.

O CAMPO EDUCACIONAL

A compreensão das relações interculturais, em sua formulação clássica, remete a um campo conceitual que emerge no interior das ciências sociais como tentativa de interpretar os processos de contato entre culturas distintas, especialmente em contextos coloniais e pós-coloniais. Inicialmente, tais relações foram frequentemente analisadas sob a égide de perspectivas assimilacionistas, nas quais a cultura dominante operava como parâmetro normativo ao qual os grupos considerados “outros” deveriam ajustar-se. Posteriormente, com o avanço das críticas a esse modelo, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, consolida-se uma inflexão teórica que desloca o foco da adaptação unilateral para a interação dialógica, ainda que atravessada por relações assimétricas de poder (SANTOS, 2002).

Nesse contexto, o conceito clássico de relações interculturais passa a ser compreendido como um processo relacional, no qual culturas não apenas coexistem, mas interagem, se transformam e se redefinem mutuamente, ainda que tais interações ocorram em condições historicamente desiguais. Tal perspectiva implica reconhecer que as relações interculturais não se desenvolvem em um plano neutro, mas são mediadas por estruturas sociais, políticas e econômicas que condicionam os modos de reconhecimento e de legitimação dos diferentes grupos culturais. Como assinala Fleuri (2003), a interculturalidade deve ser compreendida como prática social situada, que envolve tanto a negociação de sentidos quanto a disputa por visibilidade e poder simbólico.

A apropriação desse conceito pelo campo educacional não se dá de forma imediata ou linear, mas resulta de um processo de reinterpretação que busca responder às demandas concretas colocadas pela diversidade

cultural no interior das instituições escolares. Nesse movimento, a educação intercultural emerge como proposta teórico-prática que visa superar tanto a lógica assimilacionista — que tende a homogeneizar os sujeitos — quanto o multiculturalismo superficial, que se limita a reconhecer a diversidade sem problematizar as desigualdades que a atravessam (CANDAU, 2012).

No âmbito educacional, as relações interculturais passam a ser concebidas como dimensão constitutiva das práticas pedagógicas, implicando a necessidade de revisão dos currículos, das metodologias e das formas de organização do trabalho escolar. Tal reconfiguração exige que a escola deixe de operar como espaço de reprodução de uma cultura hegemônica e se constitua como lugar de diálogo entre diferentes saberes, experiências e formas de vida. Nesse sentido, a interculturalidade assume um caráter crítico, na medida em que busca não apenas promover o encontro entre culturas, mas também questionar as condições históricas que produzem exclusões e hierarquias (GOMES, 2003).

A incorporação das relações interculturais ao campo educacional implica, ainda, a ampliação do conceito de conhecimento escolar, que passa a incluir saberes tradicionalmente marginalizados ou invisibilizados pelos currículos oficiais. A proposta de uma “ecologia de saberes”, formulada por Boaventura de Sousa Santos (2007), oferece, nesse contexto, um referencial teórico relevante, ao defender a necessidade de reconhecimento da pluralidade epistemológica e de construção de processos de tradução intercultural entre diferentes formas de conhecimento. Tal perspectiva desafia a centralidade do saber científico ocidental e abre espaço para a valorização de conhecimentos indígenas, afro-brasileiros e de outras matrizes culturais.

No plano das práticas pedagógicas, a abordagem intercultural demanda a construção de estratégias que favoreçam o diálogo, a escuta e a problematização das diferenças, evitando tanto a sua negação quanto a

sua cristalização em estereótipos. Isso implica reconhecer que as identidades culturais são processuais e situadas, sendo continuamente (re)construídas nas interações sociais. Como enfatiza Candau (2012), a educação intercultural deve promover a articulação entre reconhecimento da diferença e compromisso com a igualdade, evitando a reprodução de desigualdades sob o pretexto de valorização da diversidade.

Desse modo, a relação entre o conceito clássico de relações interculturais e sua apropriação pelo campo educacional revela um movimento de complexificação teórica e de ampliação de escopo, no qual a interculturalidade deixa de ser apenas objeto de análise para se constituir como princípio orientador da prática pedagógica. Tal deslocamento evidencia que a educação, ao lidar com sujeitos inseridos em contextos culturais diversos, não pode prescindir de uma reflexão crítica sobre as formas de produção e circulação do conhecimento, bem como sobre as relações de poder que permeiam o espaço escolar.

PROBLEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS E PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A incorporação das relações interculturais ao campo educacional, conforme delineado anteriormente, não se realiza de forma linear nem isenta de tensões, revelando um conjunto de limites estruturais, potencialidades formativas e interconexões conceituais que demandam análise crítica. Se, por um lado, a interculturalidade tem sido mobilizada como horizonte normativo para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e dialógicas, por outro, sua operacionalização concreta evidencia contradições que decorrem tanto das condições institucionais da escola quanto das ambiguidades inerentes ao próprio conceito.

Entre os limites mais evidentes, destaca-se o risco de esvaziamento epistemológico da interculturalidade, frequentemente reduzida a uma retórica da diversidade que se materializa em práticas pontuais,

desarticuladas de uma crítica mais profunda às estruturas de poder que produzem desigualdades. Nesse sentido, a interculturalidade tende a ser apropriada como estratégia de gestão da diferença, sem que se questionem os mecanismos históricos de subalternização cultural, reproduzindo, ainda que de forma atenuada, lógicas assimilacionistas sob novas roupagens (CANDAUI, 2012). Tal processo pode conduzir àquilo que Santos (2002) denomina “inclusão subordinada”, na qual o reconhecimento da diversidade não se traduz em redistribuição de poder ou transformação efetiva das relações sociais.

Outro limite relevante refere-se às condições concretas de trabalho docente e à formação de professores, que, em muitos contextos, não contemplam de maneira consistente os fundamentos teóricos e metodológicos da educação intercultural. A ausência de políticas formativas continuadas, aliada à rigidez curricular e à pressão por resultados padronizados, restringe a possibilidade de implementação de práticas interculturais que demandam tempo, reflexão e abertura institucional. Nesse cenário, a interculturalidade corre o risco de ser percebida como exigência adicional, e não como eixo estruturante do processo educativo.

Não obstante tais limites, as potencialidades da abordagem intercultural no campo educacional permanecem significativas, sobretudo no que concerne à possibilidade de reconfiguração das práticas pedagógicas e dos modos de produção do conhecimento escolar. Ao propor o diálogo entre diferentes saberes, a interculturalidade contribui para a ampliação do repertório epistemológico da escola, permitindo a inclusão de perspectivas historicamente marginalizadas e favorecendo a construção de uma educação mais sensível às experiências dos sujeitos. Nesse sentido, a noção de “ecologia de saberes” (SANTOS, 2007) apresenta-se como ferramenta teórica fecunda, ao defender a coexistência

e a interação entre diferentes formas de conhecimento, sem hierarquização prévia.

Do ponto de vista metodológico, a interculturalidade abre espaço para práticas investigativas e pedagógicas que privilegiam a escuta, a participação e a co-construção do conhecimento, como é o caso da pesquisa-ação e das abordagens etnográficas. Tais metodologias permitem captar a complexidade das relações interculturais no cotidiano escolar, evidenciando as múltiplas camadas de significado que atravessam as interações entre sujeitos. Ao mesmo tempo, favorecem a construção de intervenções contextualizadas, capazes de responder às especificidades de cada realidade educativa.

A análise das relações interculturais no campo educacional revela, ainda, sua interconexão com outros conceitos-chave das ciências humanas e sociais, tais como diversidade, identidade, diferença, inclusão, equidade e justiça social. No entanto, essa articulação não se dá de forma automática, exigindo um esforço teórico de delimitação e de integração conceitual. A noção de diversidade, por exemplo, quando desvinculada de uma análise das relações de poder, pode reduzir-se a um inventário de diferenças, sem implicações críticas. De modo semelhante, o conceito de inclusão, se não articulado à perspectiva intercultural, pode limitar-se à inserção formal de sujeitos no sistema educacional, sem considerar as condições de reconhecimento e participação efetiva.

Nesse sentido, a interculturalidade crítica, conforme proposta por Candau (2012) e Fleuri (2003), apresenta-se como possibilidade de articulação entre reconhecimento e transformação, ao enfatizar a necessidade de problematizar as desigualdades estruturais e de promover práticas educativas comprometidas com a justiça social. Tal perspectiva aproxima-se das discussões contemporâneas sobre decolonialidade, ainda que não se reduza a elas, ao compartilhar a crítica ao eurocentrismo e à universalização de determinados modelos culturais e epistemológicos.

Por fim, as perspectivas de aplicação teórico-metodológica das relações interculturais no campo educacional contemporâneo apontam para a necessidade de construção de projetos pedagógicos que integrem, de forma articulada, fundamentos teóricos consistentes, metodologias participativas e compromisso político com a transformação social. Isso implica reconhecer que a interculturalidade não se constitui como técnica ou conjunto de estratégias isoladas, mas como princípio orientador que atravessa o currículo, a formação docente e as relações institucionais. Trata-se, portanto, de um campo em construção, cujos desdobramentos dependem da capacidade das instituições educacionais de enfrentar suas próprias contradições e de se abrir à pluralidade de saberes e experiências que constituem o tecido social contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste artigo permitem afirmar que as relações interculturais, quando apropriadas pelo campo educacional, configuram-se como um eixo teórico-metodológico que tensiona, de forma significativa, os paradigmas tradicionais de organização do conhecimento e das práticas pedagógicas. Longe de se constituírem como categoria descritiva ou como recurso retórico voltado à valorização genérica da diversidade, tais relações evidenciam-se como processos históricos, sociais e políticos, atravessados por disputas simbólicas e materiais que incidem diretamente sobre a produção, a legitimação e a circulação dos saberes no interior da escola.

A análise dos fundamentos teóricos demonstra que a interculturalidade, especialmente em sua vertente crítica, propõe um deslocamento substantivo: da simples coexistência de culturas para a problematização das condições que regulam suas interações. Nesse movimento, a escola é convocada a reconhecer que os processos educativos não são neutros, mas estruturados por relações de poder que

definem quais conhecimentos são legitimados e quais permanecem à margem. Tal reconhecimento implica a necessidade de revisão das práticas curriculares e pedagógicas, de modo a incorporar a pluralidade de saberes e experiências sem incorrer em reducionismos ou essencializações.

No plano metodológico, verificou-se que as abordagens qualitativas, participativas e contextualizadas — como a etnografia, a pesquisa-ação e a análise de conteúdo — oferecem possibilidades consistentes para a investigação e a intervenção no campo intercultural, na medida em que permitem apreender a complexidade das relações estabelecidas no cotidiano escolar. Contudo, sua efetivação encontra limites nas condições institucionais e formativas que, muitas vezes, dificultam a consolidação de práticas pedagógicas orientadas por princípios interculturais.

A problematização dos resultados evidenciou, ainda, que a interculturalidade não se realiza de maneira plena sem a articulação com outros conceitos estruturantes, como equidade, inclusão, identidade e justiça social. Tal interconexão aponta para a necessidade de uma abordagem integrada, que reconheça a diversidade cultural ao mesmo tempo em que enfrente as desigualdades que a atravessam. Nesse sentido, a interculturalidade apresenta-se não apenas como proposta pedagógica, mas como projeto político-educacional, comprometido com a construção de relações mais equitativas e com a ampliação dos horizontes de reconhecimento no espaço escolar.

Assim, as relações interculturais, ao serem incorporadas de forma crítica e reflexiva ao campo educacional, oferecem possibilidades concretas de reconfiguração das práticas educativas, ainda que permaneçam condicionadas por limites estruturais e institucionais. Trata-se, portanto, de um campo em permanente construção, cuja consolidação depende tanto do aprofundamento teórico quanto da criação de condições materiais e simbólicas que possibilitem sua efetiva implementação. Nesse horizonte, a educação intercultural não se apresenta como solução acabada, mas como

processo aberto, que exige constante problematização, revisão e compromisso com a pluralidade constitutiva das sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Candau, V. M. (2012). *Educação intercultural: mediações necessárias*. Vozes.
- Fleuri, R. M. (2003). Educação intercultural: mediações necessárias. *Educação & Sociedade*, 24(85), 495–520.
- Gomes, N. L. (2003). *Educação, identidade negra e formação de professores*. MEC.
- Nóvoa, A. (1992). *Os professores e a sua formação*. Dom Quixote.
- Nóvoa, A. (2009). *Professores: imagens do futuro presente*. Educa.
- Santos, B. de S. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (63), 237–280.
- Santos, B. de S. (2007). *A gramática do tempo: Para uma nova cultura política*. Cortez.